

FILOSOFIA MORAL DE ROGER BACON PARTE II – TRADUÇÃO*

Moral Philosophy of Roger Bacon Part II - Translation

Diego Atahualpa de Andrade Ramires Farias¹

Resumo: A presente tradução compreende a segunda parte da *Moralis Philosophia* de Roger Bacon, contida na sétima parte de sua principal obra, a saber, Opus Maius. Neste pequeno capítulo Bacon trata acerca da estrutura da vida social, utilizando em grande parte trechos da Metafísica de Avicena.

Palavras-chave: Filosofia moral; Estrutura Social; Roger Bacon.

Abstract: This translation comprises the second part of *Moralis Philosophia* of Roger Bacon, contained in the seventh part of his major work, namely, Opus Maius. In this short chapter, Bacon treats about the structure of social life, using largely excerpts of the Metaphysics of Avicenna.

Keywords: Moral Philosophy; Social Structure; Roger Bacon.

* A presente tradução teve como base o texto latino estabelecido por Eugenio “*Massa Rogeri Baconis Moralis Philosophia*, ed. Eugenio Massa, Zurich: *Thesaurus Mundi*, 1953”, páginas 39 a 42. Cotejamos com a tradução inglesa de Richard Mckeon, Donald Maccarthy e Ernest Fortin presente em “*PARENS, Joshua. MACFARLAND, Joseph C. (Eds). Medieval Political Philosophy: A Sourcebook. Ithaca NY: Cornell University Press, 2011*”, páginas 364 a 366.

¹ Mestrando em Filosofia do PPG Filosofia – UFPel. Bolsista CAPES. E-mail: Daarfarias.ufpel@gmail.com

PARS SECUNDA	SEGUNDA PARTE
<p style="text-align: center;">I</p> <p>(1) Secunda pars descendit ad leges et statuta hominum inter se. Et consideratur primo salus humane speciei secundum lineam generationis pro populo multiplicando legibus ligaturo. Et ideo dantur leges coniungii; et statuunt quomodo habet fieri et qualiter impedimenta amoveantur, et precipue quod a civitatibus excludantur fornicatores et sodomite, qui "inducunt contrarium constructioni civitatis", quoniam "retrahunt homines ab eo, quod melius est in civitatibus, scilicet coniugio", ut Avicenna et alii volunt.</p> <p>(2) Deinde dantur leges secundum quas ordinantur subditi ad prelatos et principes, et e converso, et servi ad dominos, secundum omne genus dominii et servicii, et secundum quas paterfamilias debet vivere in regimine prolis et familie, et magister ad discipulos. Deinde statuuntur doctores et artifices in singulis scientiis et artibus; et eliguntur ex iuvenibus instruendis ad huiusmodi studia et officia exercenda aptiores iuxta consilium sapientum, et reliqui ad officium militare deputantur pro iusticia exequenda et malefactoribus compescendis.</p>	<p style="text-align: center;">I</p> <p>(1) A segunda parte dirige-se às leis e estatutos [da relação] dos homens entre si. E, por primeiro, a conservação da espécie humana é considerada segundo a linha de geração a favor de unir o povo que deve ser multiplicado por leis. E por isso são dadas as leis do conjúgio; e elas estabelecem de que maneira deve ser feito e de que modo sejam removidos os impedimentos, e, precipuamente, que os fornicadores e sodomitas sejam excluídos das cidades, os quais “conduzem ao que é contrário à estrutura da cidade”, visto que “desviam os homens daquilo que é melhor nas cidades, a saber, o conjúgio”, como Avicena e outros sustentam.</p> <p>(2) Em seguida, as leis são dadas segundo as quais são ordenados os súditos aos prelados e aos príncipes, e vice-versa, e os servos aos senhores, conforme todo gênero do domínio e da escravidão, e segundo as quais o pai de família deve viver no comando da prole e da família, e o mestre aos discípulos. Depois, os doutores e os artífices são estabelecidos em cada uma das ciências e artes; e são escolhidos, dentre os jovens que devem ser instruídos, os mais aptos para exercerem os estudos e ofícios deste tipo, conforme o conselho dos sábios; e os</p>

<p>(3) Et "oportet, ut dicit Avicenna, ut instituendo legem sit hec prima intentio, scilicet ordinare civitatem in tres partes, scilicet dispositores et ministros et legis peritos, et quod in unoquoque eorum ordinetur aliquis prelatus; post quem ordinentur alii prelati inferiores eo, et post hos iterum alii ordinentur, quousque perveniant ad paucos; ad hoc ut nullus sit in civitate inutilis, quin habeat aliquem statum laudabilem, sed ut ab unoquoque proveniat utilitas civitati".</p> <p>(4) Unde aput Platonem illa civitas iustissime ordinata traditur, in qua quisque proprios nescit affectus; et ideo, ut Avicenna dicit, prohibere debet princeps civitatis "ociositatem et vacationem". "Qui autem non possunt compesci, debent expelli a civitate, nisi causa huius sit infirmitas vel senectus; et tunc constituendus est eis locus in quo permaneant huiusmodi, et deputetur eis procurator".</p>	<p>restantes são imputados ao ofício militar a título de realizar a justiça e reprimir os malfeitores.</p> <p>(3) E “é necessário”, como Avicena diz, “que ao instituir a lei esta seja a primeira intenção, a saber, ordenar a cidade em três partes, evidentemente, os dispositores, os ministros e os peritos da lei, e que para cada um destes algum prelado seja ordenado; depois dele outros prelados inferiores a ele sejam ordenados, e depois destes, novamente outros sejam ordenados, até que sejam atingidos quase todos; a fim de que ninguém seja inútil na cidade e possua alguma posição louvável, mas que a utilidade de cada um provenha à cidade”.</p> <p>(4) Daí, em Platão, é dita justissimamente ordenada aquela cidade na qual cada um ignora os seus próprios desejos; e por isso, como Avicena diz, o príncipe da cidade deve proibir “a ociosidade e a falta de ocupação”. “No entanto, aqueles que não podem ser contidos devem ser expelidos da cidade, exceto se a causa desta seja a enfermidade ou a velhice; e, então, um local deve ser-lhes estabelecido, no qual permaneçam [pessoas] desse tipo, e também um procurador lhes seja atribuído”.</p>
--	--

<p>(5) "Oportet autem quod in civitate sit quidam locus reipublice pecuniarie, que partim proveniat ex iure, quod instituitur contractibus, partim ex calumniis, que pro pena infliguntur, partim ex prediis rebellium, partim ex aliis; et ut hec respublica sit partim preparata illis, qui non possunt lucrari propter infirmitatem et senectutem, et partim legis doctoribus, et partim communibus usibus".</p>	<p>(5) “É necessário, além disso, que na cidade haja certo local para o dinheiro da comunidade, o qual parte provenha da lei que são instituídos os contratos, parte de multas que são infligidas por punições, parte das pilhagens dos rebeldes, parte de outras [fontes]; e que este fundo público seja parte disposto àqueles que não podem ganhar [dinheiro] em razão de enfermidade e de velhice, e parte aos doutores da lei, e parte para o uso público”.</p>
<p>(6) Et deinde docet legis lator statuere patrimonia et hereditates et testamenta, quia Avicenna dicit quod substantia "necessaria vite partim est ramus, partim est radix. Sed radix est patrimonium et aliquid quod est ex testamento legatum et datum; ex quibus tribus radicibus firmitus est patrimonium"; ramus autem substantie venit ex acquisitione per species negotiationis.</p>	<p>(6) E, em seguida, o legislador ensina a estatuir patrimônios, heranças e testamentos, porque Avicenna diz que a substância “necessária à vida é em parte o ramo, em parte é a raiz. Mas a raiz é o patrimônio e algo que é legado e dado pelo testamento, destas três raízes a mais firme é o patrimônio”; no entanto, o ramo da substância vem da aquisição mediante tipos de negócio.</p>
<p>(7) Deinde debent ostendi leges circa contractus omnium specierum negotiationum in emendo, vendendo, locando, conducendo, mutuando, comodando, expendendo, servando et huiusmodi, "ut removeatur in contractibus quicquid nocere potest", sicut dicit Avicenna. Deinde iura habent statui, secundum que in omnibus causis et</p>	<p>(7) Depois, devem ser apresentadas as leis acerca de contratos de todos os tipos de negócios; comprando, vendendo, locando, contratando, emprestando, concedendo crédito, pagando, economizando e semelhantes, “a fim de que qualquer coisa que pode prejudicar nos contratos seja removida”, como Avicenna diz. Em seguida, as leis devem ser estatuídas</p>

<p>casibus ostendatur quid iuris sit et per que possint terminari, ut pax et iusticia foveantur inter cives.</p> <p>(8) Postea, ut ait Avicenna, debent prohiberi studia "propter que amittuntur hereditates et census", et pax et concordia civium turbantur; et artifices horum studiorum sunt "qui cupiunt vincere causa alicuius lucri, ut luctator et aleator" et huiusmodi. "Similiter debent prohiberi studia que inducunt contraria utilitatibus", sicut exemplificat "in doctrina furandi et rapiendi" et in ceteris huiusmodi.</p> <p>(9) Et ulterius debet ordinari, sicut dicit Avicenna, "ut homines adiuvent se mutuo et deffendant, et contra inimicos legis sint unanimes ad expugnandum eos". "Si autem alia civitas vel regnum sit bonarum constitutionum et legum, hoc non adversatur ei, nisi tempus fuerit debere non esse aliam legem; cuius institutio, quoniam optima est, tunc dilatanda est per totum mundum". Et in hoc verbo lex christiana innuitur, ut inferius exponetur. "Si autem aliqui sunt inter eos, qui a lege discordant, prius corigantur ut resipiscant;</p>	<p>em acordo com que pode ser mostrado em todas as causas e casos o que é justo, e pelas quais [os casos] possam ser encerrados, a fim de que a paz e a justiça sejam fomentadas entre os cidadãos.</p> <p>(8) Em seguida, como Avicena diz, devem proibir as atividades “em razão de que são perdidas heranças e riquezas”, e a paz e concórdia dos cidadãos são perturbadas; e os que exercem estas atividades são “aqueles que desejam levar vantagem em caso de algum ganho, como o lutador, o jogador” e semelhantes. “Similarmente, devem proibir as atividades que conduzem ao oposto do que é vantajoso”, como exemplifica “na instrução em relação aos atos de roubar, pilhar” e em outros desta espécie.</p> <p>(9) E ordenações adicionais devem ser feitas, como Avicena diz, “a fim de que os homens se auxiliem e se defendam mutuamente, e contra os inimigos da lei sejam unânimes para expugna-los”. “Se, no entanto, existir outra cidade ou reino de boas constituições e leis, esta não se opõe a ela, a não ser que tenha vindo o tempo que não deva existir outra lei, cuja instrução, visto que é a melhor, deve, então, ser estendida por todo o mundo”. E nesta declaração a lei cristã é indicada, como mais abaixo será exposto. “Se, no</p>
---	---

<p>quod si facere noluerint, occidantur".</p>	<p>entanto, alguns estão entre estes que discordam da lei, primeiro devem ser corrigidos para que recuperem os sentidos; aqueles que por ventura não haverão querido fazer [isto], devem ser mortos".</p>
<p style="text-align: center;">II</p>	<p style="text-align: center;">II</p>
<p>(1) Et ultimum, quod hic exigitur, est quod legis lator "sibi constituat successorem". Et hoc fit, secundum Avicennam, per hunc modum. Debet enim hoc facere "cum consensu maiorum et vulgi. Et talem eligat, qui bene regere possit et sit prudens et honestorum morum, audax, mansuetus, peritus gubernandi et peritus legis, quo nullus sit peritior; et hoc sit manifestum omnibus".</p>	<p>(1) E o último [ponto] que aqui é exigido, é que o legislador “estabeleça um sucessor para si próprio”. E isso é feito, segundo Avicena, por este modo. Pois ele deve fazer isto “com o consenso dos nobres e do povo. E deve escolher tal que possa governar bem e que seja prudente e de bons costumes, audacioso, amável, hábil em governar e perito da lei, de quem ninguém seja mais instruído; e que isto deve ser evidente a todos”.</p>
<p>(2) "Si autem post hoc discordaverint, ut alium velint eligere, iam negaverunt Deum; et ideo debet interponere iudicia in lege sua, ut quisquis se intrudere voluerit potentia vel pecunia, tota civitas unanimiter irruat in eum et occidat. Quod si potuerint facere et non fecerint, iam contradixerunt Deo, nec est reus sanguinis qui interficit huiusmodi: ita tamen ut prius populo innotescat". Si autem ille, qui debet institui, non sit dignus et probatum fuerit, alius instituat.</p>	<p>(2) “Se, no entanto, depois disto eles discordarem, a fim de que queiram escolher outro, neste momento, eles negaram Deus; e por isso, o [legislador] deve inserir decretos na sua lei, para que se alguém queira intrometer-se por força ou dinheiro, toda cidade unanimemente, ataque-o e o mate. Quanto a isso, se terão podido fazer e não fizerem, neste momento contradizem Deus, nem ele é o responsável do sangue que mata [alguém] deste tipo: contudo, desde que</p>

<p>(3) Et sic terminatur intentio radicum secunde partis cum consequentibus ad radices in summa. Et sub hac parte comprehenditur ius civile, quod nunc est in usu Latinorum, ut manifestum est ex radicibus huius partis. Et certum est quod Latini a Grecis habuerunt iura et leges, scilicet a libris Aristotilis ac Theophrasti, eius successoris, preter leges duodecim tabularum, quas primo transtulerunt de legibus Solonis Atheniensis.</p>	<p>primeiramente torne-se conhecido ao povo”. Se, no entanto, aquele que deve ser instituído, não seja digno e [isto] tenha sido provado, outro deve ser instituído.</p> <p>(3) E, deste modo, o desígnio das raízes da segunda parte [da filosofia moral] juntamente com as consequências para os fundamentos, em suma, é terminada. E sob esta parte, o direito civil é compreendido, o qual agora está em uso entre os Latinos, como é evidente a partir dos fundamentos desta parte. E é certo que os Latinos tiveram dos Gregos, os direitos e as leis, evidentemente, a partir dos livros de Aristóteles e Teofrasto, seu sucessor, além das leis das doze tábuas, as quais por primeiro foram tomadas das leis de Sólon Ateniense.</p>
---	---